

# Cenários futuros para a zona do euro

15 perspectivas sobre a crise

**SIMULAÇÕES PARA 2020**

Dezembro 2013\*

- A zona do euro está em uma encruzilhada, enfrentando os maiores desafios de sua história: a crise sistêmica e as tentativas políticas de superá-la têm consequências de longo alcance para o futuro da União Econômica e Monetária (UEM), para a integração europeia e para a posição da Europa no mundo.
- Vários contextos diferentes foram pensados, identificando as principais forças que influenciam o desenvolvimento futuro da UEM, para mostrar como será a zona do euro no ano 2020.
- Quatro cenários principais se configuram como possíveis:
  - (A) Ir levando: a zona do euro continua uma casa sem telhado de proteção.
  - (B) Desmembramento da zona euro: a casa se desfaz.
  - (C) Europa nuclear: evolução da integração em dois níveis, com uma casa menor e estável, porém excludente.
  - (D) A União Monetária é completada com uma união fiscal e política: o telhado é reparado e a construção concluída.
- Especialistas de 15 cidades de toda a Europa avaliaram, discutiram e imaginaram possibilidades. Uma perspectiva pan-europeia sobre o futuro da zona do euro apresenta um olhar alternativo para a crise.



## Conteúdo

<b>1. Introdução</b> .....	<b>3</b>
<b>2. Perspectivas e peculiaridades</b> .....	<b>4</b>
<b>3. Quatro cenários sobre o futuro da zona do euro</b> .....	<b>5</b>
3.1 Política do «vai levando» .....	5
3.2 Desmembramento da zona do euro .....	6
3.3 Europa Nuclear .....	7
3.4 União fiscal concluída .....	9
<b>Anexo</b> .....	<b>11</b>
Informações sobre os acontecimentos do cenário .....	11



## 1. Introdução

A gestão de crises para resolver a dívida do euro e a crise econômica nos últimos anos tem, basicamente, se restringido a correr atrás de mudanças que se desenrolam rapidamente, sem a capacidade de influenciar os acontecimentos de forma decisiva. As medidas adotadas pelas diversas cúpulas se mostraram insuficientes e, muitas vezes, serviram apenas para exacerbar os sintomas da crise. Em muitos países, especialmente no sul da Europa, isso se fez sentir pelo agravamento do problema social, elevados níveis de desemprego entre os jovens, recessão econômica e crescente frustração de grandes segmentos da população com relação a suas instituições. Até mesmo a gestão de crises, personificada principalmente pela chanceler alemã, Angela Merkel, caiu em descrédito nesses países, ao contrário do que aconteceu na Alemanha.

Em tal situação, uma «pausa criativa» que nos tire do dia-a-dia e permita um olhar mais imparcial para soluções alternativas de longo prazo pode ser tanto útil quanto necessária. O método de construção de cenários nos oferece a possibilidade de ir além do pensamento tradicional, abrindo novos horizontes. É isto, precisamente, o que a fundação Friedrich-Ebert busca fazer com seu estudo de «Cenários para a zona do euro 2020». A ideia não é perseguir uma solução unidimensional, possivelmente baseada apenas em ilusões, mas esboçar vários quadros possíveis.

A construção de simulações, originalmente usada no planejamento estratégico militar, logo se mostrou aplicável nos campos de negócios, política e sociedade civil. Não são exatamente previsões, já que ninguém, nem mesmo com a ajuda de métodos quantitativos auxiliados por computador, pode prever o futuro. Em lugar disso, os cenários nos oferecem quadros possíveis e realistas do futuro. Embora não produzam um conjunto de instruções para uso dos tomadores de decisão, os contextos deixam clara a mensagem: quem desejar alcançar uma determinada situação deve tomar o caminho nele esboçado; se desejar evitá-la, deverá seguir por outro caminho. Os cenários que descrevemos aqui vão desde o colapso da zona euro, se continuarmos a política do «vai levando» até o estabelecimento de uma Europa nuclear, ou a conclusão da união fiscal (e política), na União Econômica e Monetária Europeia. Os diferentes quadros surgem a partir de ponderações variadas atribuídas às

diversas forças motrizes, com a atribuição de diferentes graus de importância a certos gatilhos. É fundamental que todos os cenários sejam plausíveis, coerentes e lógicos.

Os panoramas são, geralmente, produtos de um longo e intenso processo de projeção, feito por uma equipe que adota critérios profissionais, políticos, institucionais e de outras ordens. A Friedrich-Ebert-Stiftung acumulou vasta experiência na condução desses processos em diversos países, incluindo África do Sul, Israel e Bósnia-Herzegovina. Um projeto multinacional, conduzido pelo escritório de Genebra, abordou a governança econômica global em 2020. O presente estudo também é multinacional, abrangendo toda a Europa e incluindo também Estados-Membros fora da zona euro. Diferente do caso de Genebra, onde estava assegurada a participação local das diversas nações, aqui foram realizadas reuniões em diversas capitais europeias, com o objetivo de levantar, entre as nações, o maior número de pontos de vista possível. Esses apontamentos, por sua vez, alimentaram uma perspectiva pan-europeia ideal. Pode-se dizer que a experiência foi bem sucedida já que, a despeito de todas as diferenças entre os formatos e os participantes dos vários eventos, os cenários gerais apresentados pela Friedrich-Ebert-Stiftung foram, na sua grande maioria, afirmativamente endossados, de acordo com o método aplicado no processo. As possibilidades aqui apresentadas refletem um processo de discussão de amplo alcance.

No decorrer de 2012, vários workshops, conferências e debates dentro do marco do projeto foram realizados em Berlim (17 de janeiro e 24 de setembro), Bruxelas (8 de março), Lisboa (5 de maio), Helsinque (22 de maio), Bratislava (14 de junho), Zagreb (13 de julho), Varsóvia (11 de setembro), Barcelona (19 de setembro), Atenas (2 de novembro), Londres (6 de novembro), Paris (7 de novembro), Ljubljana (8 de novembro), Madrid (14 de novembro), Roma (15 e 16 de novembro) e Tallinn (30 de novembro). Os resultados desses 16 eventos foram usados para elaborar os esboços e foram constantemente revisados antes de serem apresentados ao público europeu na sua forma final, em um evento público ocorrido em Bruxelas, em 6 de dezembro. Os cenários surgidos a partir deste projeto, que durou quase um ano, foram concebidos e desenvolvidos por Maria João Rodrigues, que apresentou os esboços em todos os eventos e os atualizou com base nas diferentes contribuições levanta-

das durante as discussões. Winfried Veit foi responsável pelo desenvolvimento e orientação metodológica, realizando diversos workshops onde o método de cenário foi utilizado.

A liderança geral do projeto ficou a cargo de Björn Hacker e Uta Dirksen. Eles se dedicaram especialmente a coordenar os vários escritórios nacionais que eram, em última análise, responsáveis pela organização e execução dos eventos, listados no anexo. Contribuíram igualmente para o produto final os participantes representando quase todos os países da zona do euro (e além). Nossa equipe gostaria de aproveitar a presente oportunidade para agradecer a todos, bem como a Larissa Aldehoff, Max Fehrmann, Anthony Ferreira, Eike Hortsch, Marina Wulff e muitos outros parceiros que nos ajudaram a organizar o trabalho.

## 2. Perspectivas e peculiaridades

Os eventos isolados e o curso do projeto como um todo deixaram claro o quanto a integração europeia está estabelecida na cabeça das pessoas, apesar da crise, pelo menos no domínio político-acadêmico, de onde vem a maioria dos participantes. A ideia da Europa praticamente não foi posta em questão. Contudo, foram traçados cenários bastante alternativos: na Finlândia, a criação de uma «união monetária nórdica» com uma cooperação mais estreita com a Rússia; em Portugal, a possibilidade de uma saída planejada da unidade monetária europeia, caso a Troika leve ao colapso da economia (em ambos os casos, essas possibilidades aventadas não se configuraram exatamente como cenários, mas como efeitos colaterais ou consequências de uma Europa nuclear). De comum entre todos os países podemos citar a consciência (e, embora não expresso diretamente, o medo) da força da Alemanha, a necessidade de uma solidariedade pan-europeia. Nos países menores, a sensação de serem meros joguetes na gestão das crises.

Houve amplo consenso sobre a necessidade de se evitar, de todas as maneiras, o desmembramento da zona do euro e sobre estarmos atualmente em um estágio da política continuísta («vai levando»), sendo que na Polônia e na Eslovênia esse é considerado um mal menor, como diz o lema: «melhor avançar em pequenos passos do que dar marcha-a-ré» (algo que, para adiante, também ficou conhecido como «vai levando com garra»). Já

a Alemanha vê esse cenário como um beco sem saída que, mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente acabará redundando no desmembramento da união monetária e à inviabilidade de uma união política mais abrangente (aqui também uma outra possibilidade foi discutida, o «vai levando munidos de carta de navegação», dando as costas ao mantra neoliberal até então predominante).

A percepção de uma possível ruptura também foi dominante na Grécia, na Espanha e em Portugal, países duramente atingidos pela crise e por uma gestão que apenas reage aos eventos conforme eles acontecem, e falha constantemente. Para os países que passaram por medidas de austeridade excessivas e entraram em declínio econômico ainda mais acentuado, crises sociais e protestos políticos, a postura continuísta é considerada insustentável caso se queira superar a crise atual. Em um seminário de Paris, no entanto, a crítica foi atenuada pelo destaque dado aos efeitos da aprendizagem: a capacidade dos cidadãos e políticos europeus de aprender com os erros cometidos já estaria resultando em um melhor uso dos instrumentos para enfrentar as dificuldades, fato que se pode depreender de exemplos como o novo papel do Banco Central Europeu (BCE) ou da tentativa de agregar à agenda de austeridade incentivos para o crescimento econômico. Quanto mais o desmembramento repentino da zona euro se torna possível, mais se espera um alto custo, a ser debitado na conta do gerenciamento da crise, segundo concluiu o seminário francês.

Desde a sua adesão à União Europeia, a Grã-Bretanha tem sinalizado relutância, para não dizer aversão, a uma maior integração europeia e participação da UEM. A eclosão da crise do euro só exacerbou sua posição contrária, ensejando o aumento nos pedidos de referendos populares com o objetivo de deixar a União. Embora a Grã-Bretanha não tenha nenhuma influência direta sobre a tomada de decisões do Eurogrupo, sua postura é de grande importância. Um workshop em Londres revelou pontos de vista interessantes em matéria de cenários possíveis para o futuro. Prevaleceu, por exemplo, a visão geral de que, apesar de rejeitar a ideia de maior integração dela própria, a Grã-Bretanha apoia uma integração mais profunda da zona do euro em si. Isso redundou no fato paradoxal de que o cenário de uma «união fiscal completa» foi considerado o mais provável, por duas razões: primeiro, a atual postura continuísta não poderá ser mantida por muito tempo, portanto é preciso uma integração mais profunda; em segundo lugar, o medo

de um desmembramento da UEM poderia ter o mesmo efeito. Embora o colapso da zona euro como tal tenha sido considerado bastante improvável, a criação de uma zona de moeda do norte (centralizada em torno da Alemanha) e uma outra zona do Sul foi aventada. Em qual zona de moeda a França se colocaria é uma questão que permaneceu sem resposta. Se a Grã-Bretanha deixar a UE – o que pareceu ser uma possibilidade – espera-se uma maior cooperação com Turquia e Suíça.

Apesar do grande apoio à ideia de uma gestão mais bem desenhada, como dissemos acima, a solução mais aceita em toda a Europa foi a conclusão da zona do euro por meio de uma união fiscal e política. Houve amplo consenso quanto à possibilidade da união monetária funcionar melhor com uma integração que ultrapasse em muito o que foi estabelecido com o Tratado de Maastricht: uma moeda comum precisa estar respaldada por uma forte coordenação de políticas fiscais, ou melhor, pela harmonização do que hoje ainda são políticas nacionais, para atingir um maior grau de coerência. Enquanto alguns participantes defenderam a ideia de dar um passo na direção da integração imediatamente, a grande maioria acha que as chances de um salto nesse sentido são mínimas.

Diante da improbabilidade de uma conclusão da união monetária com uma união fiscal num futuro próximo, o cenário de uma Europa nuclear, embora não exatamente desejável, é visto por todos como provável segundo melhor resultado para a crise atual. Discutiu-se uma diferença importante entre duas configurações: uma Europa nuclear representada por um modelo de dois níveis, com um centro fechado e uma periferia muito atrás; e uma outra possibilidade, com uma Europa em duas velocidades, onde países de vanguarda procederiam à União fiscal e política, deixando a porta aberta para outros que quisessem juntar-se aos primeiros. Consequências positivas e negativas do progresso em direção ao cenário da Europa nuclear dependeriam grandemente da situação dos Estados-Membros. Especialmente nos países da Europa meridional e oriental, o cenário de uma Europa nuclear, organizada de forma fechada e cobrindo uma área menor do que a zona do euro de hoje, é visto como um perigo potencial, que pode levar rapidamente a um desmembramento. Ainda assim, enquanto as projeções positivas de todos os tipos de união fiscal e política permanecem inacessíveis a curto prazo, muitos participantes começaram a se interessar pela ideia da zona do euro

como um todo formar uma vanguarda para alcançar maior grau de integração. Isto, naturalmente, significa repensar os mecanismos institucionais existentes, para garantir a legitimidade democrática e o funcionamento eficiente da Europa a duas velocidades.

### 3. Quatro cenários sobre o futuro da zona do euro

#### 3.1 Política do «vai levando»

Uma casa sem telhado



Em 2020, a zona do euro – vale dizer a UE – estaria travada em uma crise constante, que teve início em 2010. A maioria dos países do sul da Europa ainda precisaria de pacotes de resgate e do Banco Central Europeu, na forma de compra de títulos públicos do tesouro, já que o custo dos empréstimos é alto demais. Os recursos do mecanismo de estabilidade continuariam inadequados e a possibilidade de um calote ainda existiria. A União Econômica e Monetária continuaria incompleta, incapaz de garantir o crescimento e o emprego e, ainda menos, de promover a transição para um novo modelo de crescimento mais verde, mais inteligente e mais inclusivo. Globalmente, a Europa continuaria a ser um ator fraco, enquanto os Estados Unidos e outras potências, como a China, conseguiriam superar a crise. Como resultado, maior seria a dependência da Europa do apoio financeiro de parceiros externos.

Depois de muitas tentativas de resolver as dificuldades nos anos seguintes a 2010, a gestão de crise da zona do euro continuaria basicamente a ser a política conti-

nuísta. As eleições alemãs no outono de 2013 ocasionariam uma mudança no governo, com a participação do Partido Social-Democrata, o que levaria a algumas mudanças, enfatizando o crescimento e com um certo relaxamento da rígida política de austeridade. Mas os princípios básicos da gestão da crise implementados prevaleceriam. O Pacto de Estabilidade e Crescimento ainda exerceria pressão para reduzir regularmente a dívida pública e o deficit público estrutural, deixando pouco espaço para o apoio a investimentos públicos e privados.

A consolidação fiscal permaneceria difícil em muitos Estados-Membros, porque cresceriam a taxas muito baixas. Haveria uma erosão da sustentabilidade de longo prazo dos sistemas de segurança social. Por esta razão, o Pacto Euro Plus e todas as outras tentativas de comprometer os países com mais convergência das contribuições/benefícios sociais não poderiam ser implementados. Em 2014, o novo Presidente da Comissão Europeia seria eleito pelo Parlamento Europeu e, quatro anos mais tarde, apesar das eleições gerais, permaneceria ainda limitado pelos fracos instrumentos financeiros e políticos para realizar quaisquer esforços de evitar ou resolver problemas. Sua posição seria ainda mais enfraquecida por reações protecionistas e de resistência nacional a uma melhor coordenação dos orçamentos e programas nacionais a nível europeu. Juntamente com a falta de envolvimento dos Estados e cidadãos responsáveis pelas decisões, diminuiria o apoio popular para a integração europeia, e os partidos populistas e antieuropeus se tornariam mais fortes. Como a taxa de desemprego se manteria alta, especialmente em países do Sul com um nível muito elevado entre os jovens, a agitação social se espalharia sem que isso levasse a uma mudança fundamental do regime.

O acesso a recursos financeiros permaneceria instável em 2020. Ainda não se teria finalizado a regulamentação do sistema financeiro para reduzir a volatilidade e a pressão indevida. As agências de classificação continuariam com total liberdade de intervir na arena política. Órgãos de supervisão do sistema financeiro europeu estariam fracos e teriam vários gargalos nos empréstimos interbancários entre os Estados-Membros. Tais empréstimos são limitados pelo provimento de liquidez hesitante, como último recurso, por parte do BCE. Como resultado, a escassez de crédito é crônica. Não haveria grandes mudanças nos instrumentos europeus de suporte a investimentos nem coordenação macroeconômica para o crescimento, tampouco uma política industrial para complementar a

política comercial europeia. A estratégia da Europa para o crescimento continuaria a se limitar a executar as reformas estruturais do mercado único. Neste contexto, as oportunidades do mercado único e de mercados externos beneficiariam especialmente os países com recursos financeiros públicos e privados para investir. A nova supervisão macroeconômica foca os Estados-Membros de baixa competitividade, altas dívidas externas e altas taxas de desemprego, recomendando medidas individualizadas de solução de problemas. Dentro desse contexto, porém, fica difícil reduzir as divergências entre os países em matéria de crescimento, investimento e taxas de emprego, apesar dos esforços para otimizar a utilização dos fundos estruturais. Algumas regiões ficariam presas em uma armadilha de recessão/estagnação, que provoca fluxos de emigração, incluindo perda de seus melhores talentos e agravamento da situação.

### 3.2. Desmembramento da zona do euro

A casa desmorona e a vizinhança é afetada



No ano 2020, a União Econômica e Monetária seria dividida em diferentes blocos e alguns países voltariam às moedas antigas. A União Europeia ainda existiria, mas seria reduzida a uma aliança frouxa, onde até o livre comércio ficaria seriamente prejudicado por medidas protecionistas de muitos Estados-Membros. Em alguns países surgiriam movimentos nacionalistas-populistas e anti-união e a tática de empobrecer o vizinho se disseminaria. Nas economias enfraquecidas, muitos ativos estratégicos são comprados por países não-europeus, reduzindo o controle da Europa sobre suas próprias cadeias de produção. A gestão da crise dentro da UEM, que começou em 2010, continuaria mais ou menos da

mesma forma nos anos seguintes, levando a um agravamento da situação. O acesso a recursos financeiros permaneceria sujeito a incertezas constantes. A regulamentação do sistema financeiro para reduzir a volatilidade e a pressão indevida enfrentaria forte resistência e oposição.

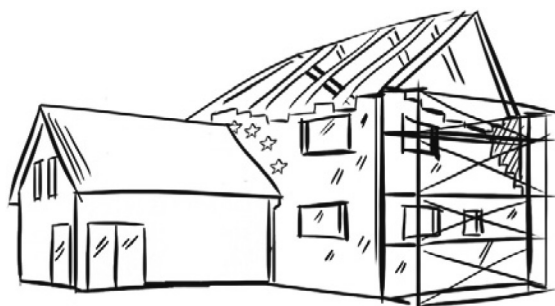
Os organismos europeus de supervisão financeira se mostrariam fracos e uma série de gargalos para empréstimos interbancários em Estados-Membros não poderiam ser reduzidos pelo provimento de liquidez de último recurso por parte do Banco Central Europeu. Diante disso, o arroxio de crédito se tornaria crônico, aprofundando a recessão em vários países. Na emissão de títulos de dívida pública, as diferenças dos custos de empréstimos de um país para outro seriam muito grandes e, diante dos poucos recursos do mecanismo de estabilidade europeu, calotes ou reestruturações severas e desordenadas da dívida se tornariam realidade em alguns países, com efeitos de contágio sobre a dívida soberana e a situação dos bancos.

Um novo pacto de estabilidade e crescimento exerceria pressão para que os países reduzissem sistematicamente sua dívida pública e seus deficits públicos estruturais, deixando pouco espaço para promover investimentos públicos e privados. A consolidação fiscal seria impossível nos vários países que permaneceriam atolados em recessão por períodos mais longos. Sistemas de segurança social seriam solapados e, em alguns Estados, parcialmente desmontados, ocasionando um grande aumento da pobreza. Em paralelo, o Pacto para o Euro Plus, envolvendo compromissos para aumentar a convergência da tributação das empresas e as contribuições sociais e benefícios, se tornaria inviável. Não haveria alterações significativas em instrumentos europeus para promover o investimento, coordenação macroeconômica de crescimento, nem uma política industrial europeia no âmbito da política comercial. A estratégia de crescimento se manteria focada em completar o processo de mercado único e as reformas estruturais, prioridades especialmente difíceis nos países em recessão. Neste contexto, as oportunidades oferecidas pelo mercado único e mercados externos beneficia particularmente os países com recursos financeiros públicos e privados para investir. Diante das limitações, a demanda agregada europeia, a taxa de desemprego e as desigualdades sociais aumentariam para níveis sem precedentes em alguns países.

Em 2020, aumentariam as divergências entre os países europeus em termos de crescimento, taxas de investimento e emprego, apesar da utilização de fundos estruturais. Algumas regiões seriam devastadas por uma recessão profunda, enfrentando altos níveis de desemprego e grandes fluxos de forte emigração, incluindo uma grande fuga de cérebros. Aumentaria a hostilidade entre nações com base em estereótipos e regiões – norte x sul, por exemplo, – levando à fragmentação da identidade da Europa. O Presidente da Comissão Europeia pode ser eleito pelo Parlamento Europeu, mas seus poderes permaneceriam limitados por instrumentos financeiros e políticos fracos para prevenir ou resolver problemas. A Comissão estaria, basicamente, governando uma União fragmentada e parcialmente hostil, enquanto a UEM ficaria dividida em uma zona de moeda em torno da Alemanha e a União Monetária do norte, em torno do Reino Unido, enquanto os países do sul reintroduziriam suas antigas moedas e buscariam políticas protecionistas. A falta de participação dos Estados-Membros e dos cidadãos na tomada de decisões faria aumentar ainda mais a hostilidade popular em relação à União Europeia e reforçaria partidos populistas e antieuropeus. Em alguns países, esses partidos e movimentos chegariam ao poder e desafiarão a UE, buscando parcerias econômicas e políticas na Rússia, China e Oriente Médio. A desintegração da União Europeia parece inevitável, seguido de um grande choque, que levaria a uma recessão global.

### 3.3 Europa Nuclear

Construção de uma casa menor e estável, mas excludente



No ano 2020, a União Econômica e Monetária seria completada por um grupo menor de Estados-Membros dentro de um marco de tratado total, fora dos acordos da UE e excluindo os não-membros da zona do euro



(e até alguns membros). A União Europeia ainda existiria, mas ficaria reduzida basicamente a uma enorme zona de livre-comércio, que ainda poderia aceitar novos membros hostis a uma maior integração política (por exemplo, Turquia). O grupo principal implementaria a união fiscal e caminharia no sentido de uma verdadeira união política. O grupo manteria sua porta formalmente aberta para os Estados-Membros que desejarem se juntar a ele, desde que atendam suas pré-condições. No entanto, a longo prazo isso pode levar a uma »Europa de dois níveis«, na qual alguns Estados-Membros ficariam muito aquém do grupo central.

Com o aprofundamento da crise na Europa, apesar das várias tentativas para resolvê-la, surgiria um movimento antagônico dentro da zona euro. Por um lado, os Estados-Membros presos em uma armadilha de estagnação/recessão, com altos níveis de desemprego e fluxos de forte emigração, partidos antieuropeus e populistas chegando ao poder, seguindo políticas protecionistas e resistindo a uma melhor coordenação dos orçamentos nacionais e programas europeus. Isto também ocorreria pelo aumento das divergências entre os países em matéria de taxas de crescimento, investimento e emprego, mesmo com o uso de fundos estruturais. Por outro lado, um grupo de Estados-Membros passaria a achar, cada vez mais, que a crise só poderia ser resolvida por um aumento da cooperação e implementação de uma união fiscal em um grupo menor de Estados, para salvar a moeda comum. Este último movimento seria liderado pelo novo governo alemão após as eleições de 2013, incluindo a França e alguns Estados menores, e seria feito um convite à Polônia para participar.

Dentro desse grupo, um novo Pacto de Estabilidade e Crescimento preveria a redução regular da dívida pública e dos deficits públicos estruturais. A consolidação orçamentária continuaria difícil nos países fora do grupo central com crescimento muito baixo. A sustentabilidade de longo prazo dos sistemas de segurança social seria reforçada no grupo central, mas enfraquecida fora dele. Paralelamente, poderia se implementar o pacto Euro Plus, que se compromete a desenvolver uma nova convergência corporativa de contribuições sociais e benefícios para fins fiscais, mas apenas no grupo central. Haveria a necessidade de se proteger contra o aumento do dumping fiscal e social de outros países. Novos recursos financeiros para investimento, combinados com uma política industrial europeia, um mercado único e re-

formas estruturais apropriadas, promoveriam a transição para uma economia mais verde, mais inteligente e mais inclusiva no grupo central. Cadeias de produção mais organizadas e competitivas sob a liderança do grupo central conseguiriam aproveitar melhor o potencial do mercado único europeu e dos mercados globais. O lado negativo, porém, seria o aumento das desigualdades entre os países centrais e a periferia, que se refletiria no intervalo entre as taxas de crescimento e desequilíbrios nas contas correntes, que seriam cada vez maiores.

Concluiria-se a união fiscal dentro do grupo central, com desenvolvimento da regulamentação do sistema financeiro, proporcionando mais estabilidade financeira e foco nas necessidades da economia real. Organismos europeus de supervisão mais fortes passariam a garantir um sistema bancário mais sólido, com empréstimos mais responsáveis. As operações interbancárias entre países centrais e periféricos, no entanto, permaneceriam difíceis, por causa da diferença de custos dos empréstimos. Medidas não convencionais do BCE ainda seriam necessárias para acesso ao crédito. Um órgão para a dívida pública Europeia limitado ao grupo central garantiria emissão conjunta de obrigações públicas como último recurso, quando a emissão a nível nacional torna-se muito difícil e os custos de empréstimos são mais razoáveis no grupo central. Para as nações em dificuldade fora do grupo do central, o mecanismo europeu de estabilidade estaria equipado para prestar assistência financeira, embora dentro de condições estritas. Enquanto alguns países da periferia conseguiriam se alinhar às normas do grupo, para outros essa postura poderia levar à catástrofe econômica.

No grupo central, o processo orçamentário levaria a uma coordenação quase total dos recursos dos países e a uma melhor interface com o orçamento da comunidade como um todo. Fora do grupo central não haveria mudanças fundamentais com relação ao tema. O orçamento da UE continuaria a ser do mesmo tamanho e não haveria recursos suficientes. A Comissão Europeia continuaria a ser limitada pelos fracos instrumentos financeiros e políticos de prevenção e solução de problemas. Os Estados-Membros da periferia ficam propensos a medidas protecionistas, enquanto o núcleo enfrentaria uma pressão crescente em termos de competitividade, devido a seus altos padrões sociais. Esses fatores levariam ao aumento da hostilidade e populismo antieuropeu dentro e fora do núcleo. Mas prevaleceria a esperança de que,

a longo prazo, a maioria dos países fora do núcleo seria capaz de juntar-se à nova União Econômica e Monetária, que poderia servir como uma locomotiva para puxar nações assoladas pela crise para fora da confusão.

### 3.4 União fiscal concluída

O telhado é consertado e a construção é finalizada




No ano 2020, a União Monetária já teria concluído a união fiscal, ainda que com cláusulas de salvaguarda para aqueles Estados particularmente atingidos pela crise. A zona do euro, sustentada por uma UEM mais consistente, coordenaria sua posição externa e haveria uma representação única da zona do euro nas instituições de Bretton Woods. O Euro se tornaria uma moeda de referência, atraindo recursos financeiros de todo o mundo. No caminho para a união política, surgiria uma «Europa a duas velocidades», onde a zona do euro como vanguarda explora uma integração mais próxima. Estados não-membros da zona do euro seriam incentivados e assistidos pela vanguarda para satisfazer os pré-requisitos de integração, que seriam mais abrangentes do que os critérios de Maastricht. Ano após ano, as diferentes tentativas para resolver a crise se revelariam insuficientes. A situação iria piorando gradativamente, com grande agitação social e movimentos antieuropeus ganhando terreno.

Mesmo países como Alemanha e Holanda passariam a ser afetados pela crise e pelo descontentamento social que seguiria. Liderados pela França, e após as eleições alemãs de 2013, líderes políticos chegariam à conclusão

de que só um salto para a frente poderia resolver os problemas. Eleições diretas do Presidente da Comissão Europeia e a ampliação dos meios financeiros e políticos dinamizariam as instituições, com o intuito de prevenir e resolver dificuldades. Uma maior participação dos Estados-Membros e dos cidadãos europeus nos processos decisórios também iria reforçar o apoio popular à integração europeia, enfraquecendo a influência dos partidos populistas e antieuropeus. Um Pacto de Estabilidade e Crescimento revisto pressionaria os Estados-Membros a reduzir gradualmente a dívida pública e os deficits públicos estruturais, deixando espaço para investimentos públicos e privados inteligentes.

A cultura de orçamentos equilibrados prepararia o caminho para uma consolidação fiscal mais plausível. Os Estados-Membros se livrariam de um certo nível de endividamento com a implementação de um fundo de resgate europeu, resolvendo e liquidando os níveis de endividamento muito altos com a ajuda de uma gestão conjunta da dívida. Também se reforçaria a sustentabilidade de longo prazo dos sistemas de segurança social. Em paralelo, o Pacto para o Euro Plus, com compromisso de uma nova convergência fiscal e de contribuição social das empresas, seria mais fácil de implementar. Uma organização europeia de dívida garantiria a projeção conjunta de obrigações públicas como último recurso, sempre que a emissão nacional atingisse níveis excessivamente altos. Esse mecanismo levaria a custos de empréstimo mais baixos e razoáveis. No caso de países com dificuldades descomunais, o mecanismo de estabilidade europeu seria equipado para fornecer assistência financeira dentro de condições claras, implementando programas de recuperação mais rápidos e eficazes.

Em 2020, investimento, crescimento e criação de emprego seriam apoiados por instrumentos europeus mais fortes, notadamente programas comunitários, mobilização de recursos do orçamento da comunidade, empréstimos do Banco Europeu de Investimentos, garantias e títulos do tesouro, títulos de projetos privados e outras fontes de financiamento disponíveis, tais como fundos de pensão ou fontes de tributação, incluindo um imposto sobre as transações financeiras. Estes novos recursos de investimento, combinados a uma política industrial europeia, com o mercado único e reformas estruturais apropriadas, fomentariam a transição para uma economia mais inclusiva, mais verde e inteligente. Cadeias de produção competitivas e organizadas se mostrariam mais aptas a



aproveitar o potencial oferecido pelo mercado único europeu e pelos mercados globais. O processo de supervisão macroeconômica também seria usado para melhor coordenar a macroeconomia europeia, tirando partido dos efeitos de propagação.

A supervisão macroeconômica seria complementada por recursos mais potentes, com o objetivo de conseguir não só uma implementação mais rápida dos fundos estruturais, mas também a criação de um Fundo Europeu para a Estabilização da economia para lidar com choques assimétricos. O diálogo social, a negociação nacional e europeia seriam incentivados, com o objetivo de melhor alinhar produtividade e salários. Dentro desse arcabouço de condições, as diferenças em matéria de investimento, taxas de crescimento e emprego diminuiriam e as regiões menos desenvolvidas teriam possibilidades mais realistas de alcançar as mais desenvolvidas, em termos de competitividade e padrões sociais e ambientais, bem como de reduzir as dívidas econômicas e financeiras com o exterior. No total, a União Europeia estaria bem encaminhada para uma real integração (também política).



## Informações sobre os acontecimentos do cenário

Uma reunião preparatória com especialistas nas áreas de economia e política, incluindo Klaus Busch, Ferdinand Fichtner, Daniela Schwarzer e Carsten Sieling, foi realizada em Berlim, em 17 de janeiro de 2012. As primeiras ideias esboçadas sobre os fatores condutores e os contornos do cenário foram intensamente debatidas no workshop, que aconteceu em 8 de março de 2012, em Bruxelas, com a presença de Udo Bullmann e Janis Emmanouilidis, entre outros. Com base neste segundo seminário, Maria João Rodrigues preparou um primeiro trabalho (acessível em <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/09194.pdf>). Essa prévia serviu de base para testar e aprimorar os contextos descritos nos workshops, seminários e conferências promovidos pelos escritórios regionais da FES, juntamente com suas organizações parceiras, durante todo o ano (como mostra o gráfico). Como não podemos mencionar todos os participantes dos eventos neste espaço, listamos abaixo apenas os comentaristas indicados nos respectivos programas.

## Tour d'Europe: FES cenário eventos em 2012



1. Bruxelas, 8 de março de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung

Palestrantes:

**Udo Bullmann** Membro do Parlamento Europeu, Presidente do grupo do SPD no Parlamento Europeu, membro da Comissão de Assuntos Econômicos e Monetários e membro suplente da Comissão de emprego e assuntos sociais

**Janis r. Emmanouilidis** Analista sênior de política no centro da política europeia



**Andrä Gärber** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, UE escritório de Bruxelas

**Björn Hacker** Unidade de análise de política internacional, Friedrich-Ebert-Stiftung, Berlim

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Stephan Thalhofer** Gerente de projetos, Friedrich-Ebert-Stiftung, UE escritório de Bruxelas

2. Lisboa, 5 de maio de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung

Palestrantes:

**Mario Soares Manuel Aleixo** Unidade de Relações Interinstitucionais do Comité Executivo do EP

**João Ferreira do Amaral** ex-assessor econômico do Presidente

**Reinhard Naumann** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Portugal

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Teresa de Sousa** Público (jornal) Lisboa

3. Helsinki, 22 de maio de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung e Fundação Kalevi Sorsa

Palestrantes:

**Seija Ilmakunnas** Diretor do Instituto de pesquisa econômica trabalho

**Christian Kellermann** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, países nórdicos estudos europeus, Universidade livre de

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Winfried Veit** Facilitador de cenário

4. Bratislava, 14 de junho de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung, EurActive.sk, associação de política externa do eslovaco, gabinete de informação do Parlamento Europeu e a representação da Comissão Europeia na República Eslovaca

Palestrantes:

**Vladimír Bilčík** Cadeira

**Martin Filko** Diretor do Instituto de políticas financeiras do Ministério das Finanças da República Eslovaca

**Zsolt Gál** Komensky University, Bratislava

**Michael Petráš** Gerente de projetos, Friedrich-Ebert-Stiftung, República Eslovaca

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

## 5. Zagreb, 13 de julho de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung

Palestrantes:

**Martina Dalić** Deputado e antigo ministro das Finanças, Croácia

**Dietmar Dirmoser** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Croácia e Eslovénia

**Companheiros de Neven** Banco Nacional de Croata

Katarina Ott, Diretor da Instituto das finanças públicas

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

## 6. Varsóvia, 11 de setembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung e demosEUROPA-centro de estratégia europeia

Palestrantes:

**Marek Belka** Presidente do Banco Nacional da Polónia

**Krzysztof Blusz** Vice-Presidente, demosEUROPA-centro de estratégia europeia

**Knut Dethlefsen** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Polónia

**Janis r. Emmanouilidis** Analista sênior de política no centro de política europeia

**Ryszard Petru** Conselheiro econômico para demosEUROPA – centro de estratégia europeia

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Piotr Serafin** Secretário de estado dos assuntos europeus, Ministério dos negócios estrangeiros

**Paweł Świeboda** Presidente da demosEUROPA – centro de estratégia europeia

## 7. Barcelona, 19 de setembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung e EuropeG – Grupo de Opinión y Reflexión en Economía Política

Palestrantes:

**Antoni Castells** Diretor da EuropeG, Professor de finanças públicas na Universidade de Barcelona, antigo ministro da economia e Finanças do governo regional da Catalunha

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Lothar Witte** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Espanha

## 8. Berlim, 24 de setembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung

Palestrantes:

**Uta Dirksen** Unidade de gerente de projetos da Europa Ocidental/América do Norte, a Friedrich-Ebert-Stiftung, Berlim



**Björn Hacker** Unidade de análise de política internacional de gerente de projeto, Friedrich-Ebert-Stiftung, Berlim

**Gustav Horn** Diretor do Instituto de política macroeconômica

**Alexander Kallweit** Chefe de departamento, diálogo internacional, Friedrich-Ebert-Stiftung, Berlim

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Carsten Schneider** Porta-voz para assuntos orçamentais do SPD grupo parlamentar, Bundestag

**Stephan Schulmeister** Instituto austríaco de pesquisas econômicas

**Winfried Veit** Facilitador de cenário

#### 9. Atenas, 2 de novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung, Universidade de Atenas da economia e negócios e ELIAMEP – Fundação Helênica para política externa e Europeia

Palestrantes:

**Christos Katsioulis** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Grécia

**Dimitris Kourkoulas** Vice-Ministro dos negócios estrangeiros, Helénica Ministério dos negócios estrangeiros

**Nick Malkoutzis** Presidente

**George Pagoulatos** Universidade de economia e negócios de Atenas

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Loukas Tsoukalis** Presidente da Fundação Helênica de política externa e Europeia

#### 10. Londres, 6 de novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung

Palestrantes:

**Katinka Barysch** Vice-diretor, centro para reforma Europeia

**Nick Crook** Internacional oficial, unísono

**Brendan Donnelly** Diretor de confiança Federal

**David Gow** Editor consultor, núcleo

**John Grahl** Professor da integração europeia, Universidade de Middlesex

**Neal Lawson** Cadeira, bússola

**Henning Meyer** Editor do jornal de Europa Social e Senior Fellow no London a visitar Escola de economia

**John Palmer** Antiga Europeia Editor, o jornal The Guardian

**Stephen Reid** Assistente de campanhas, Fundação nova economia

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Ulrich Storck** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Grã-Bretanha

**Leila Simona Talani** Leitor em economia política internacional, College de Londres do rei

**Winfried Veit** Facilitador de cenário

**Semanas de John** Professor, departamento de desenvolvimento de estudos, SAOS

## 11. Paris, 7 de novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung e Fundação Jean-Jaurès

Palestrantes:

**Anton Brender** Economista-chefe da Dexia Asset Management, membro do Cercle des économistes

**Peter Gey** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, França

**Björn Hacker** Gerente de projeto, a unidade de análise de política internacional, a Friedrich-Ebert-Stiftung, Berlim

**Henri Nallet** Vice-Presidente, Fondation Jean-Jaurès

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

## 12. Ljubljana, 8 de novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung, associação eslovena para relações internacionais e Conselho Euro-Atlântico da Eslovénia

Palestrantes:

**Dietmar Dirmoser** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Croácia e Eslovénia

**Mitja Gaspari** antigo ministro das Finanças e ex-governador do banco da Eslovénia

**Damjan Kozamernik** Diretor de pesquisa e centro de análises, banco da Eslovénia

**Igor Modena** Professor, Faculdade de economia, Universidade de Ljubljana

**Jože Mencinger** Professor, Faculdade de direito, Universidade de Ljubljana

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa Bruxelles and Lisbon University Institute Bruxelles e Instituto Universitário de Lisboa

## 13. Madrid, 14 de novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung e EuropeG – Grupo de Opinión y Reflexión en Economía Política

Palestrantes:

**Klaus Busch** Professor emérito de estudos europeus da Universidade de Osnabrück

**Jose Manuel Fernandez de Campa** Professor de economia na IESE Business e Finanças Escola, ex-secretário de estado para assuntos econômicos, Espanha

**Fernando Fernández** economista e professor da IE Business School

**Björn Hacker** Gerente de projeto, unidade de análise de política internacional, Friedrich-Ebert-Stiftung, Berlim

**Emilio Ontiveros** Presidente de Analistas Financieros Internacionales

**Maria Pallares** Gerente de projeto, Friedrich-Ebert-Stiftung, Espanha

**Maria João Rodrigues** Professora do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas e Instituto Universitário de Lisboa

**Lothar Witte** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Espanha





14. Roma, 15/16 novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung

Palestrantes:

**Michael Braun** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Itália

**Giuseppe Ciccarone** Fondazione Giacomo Brodolini e a Universidade La Sapienza, Roma

**Andrea Conte** Conhecimento para o unidade de crescimento, Comissão Europeia, Sevilha

**Andrea Ginzburg** Universidade de Modena e Reggio Emilia

**Henning Meyer** Editor do jornal de Europa Social e Senior Fellow no London a visitar Escola de economia

**Yiannis Mouzakis** Thomson Reuters Chipre

**Stefano Prezioso** Maior (associado para o Desenvolvimento Industrial no sul da Itália), Roma Bruxelles e Instituto Universitário de Lisboa

**Annamaria Simonazzi** Fondazione Giacomo Brodolini e a Universidade La Sapienza, Roma

15. Tallinn, 30 de novembro de 2012

Organizada por: Friedrich-Ebert-Stiftung e do Instituto de política externa de Estónia

Palestrantes:

**Ardo Hanson** Governador do Banco Central estoniano

**Ognian Hishow** Senior associate, Instituto alemão para assuntos de segurança e internacional Juckern

**Ülo Kaasik** Vice-governador, banco da Estónia

**Andres Kasekamp** Instituto de política externa de Estónia

**Juhan Lepassaar** Diretor assuntos da UE, Talim de escritório do governo

**Atho Lobjakas** Analista, Instituto estoniano de política externa, Tallinn

**Werner Rechmann** Diretor, Friedrich-Ebert-Stiftung, Estados bálticos

**Maria João Rodrigues** Professor do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelles e Instituto Universitário de Lisboa

**Taavi Rõivas** Membro do Parlamento, Presidente da Comissão dos assuntos europeus, Estónia

**Christian Matthias Schlaga** Embaixador da Alemanha, Tallinn

**Carsten Sieling** Deputado, membro do Comitê de Finanças, Alemanha



## Sobre os autores

A equipe »**Cenário Zona do Euro 2020**« foi composta por participantes dos eventos organizados pela FES em toda a Europa, em 2012. Os respectivos palestrantes estão listados no documento anexo a esta publicação. A equipe do núcleo organizacional consistia das seguintes pessoas:

**Uta Dirksené** gerente de projetos na Europa Ocidental/Norte América unidade de Berlim a Friedrich-Ebert-Stiftung.

**Björn Hackeré** gerente de projetos da unidade de análise de política internacional da Friedrich-Ebert-Stiftung Berlim.

**Maria João Rodrigues** é conselheira de política para as instituições da UE e Professora de política econômica europeia do Instituto de estudos europeus, Universidade livre de Bruxelas.

**Winfried Veit** leciona relações internacionais na Universidade de Freiburg e funciona como um facilitador de consultor e cenário político.

## Ficha técnica

Friedrich-Ebert-Stiftung  
Análise Política Internacional | Departamento Diálogo Internacional  
Hiroshimastraße 28 | 10785 Berlim | Alemanha

Responsável:  
Dr Ernst Hillebrand | cabeça, análise de política internacional

Tel.: +49-30-269-35-7745 | Fax: +49-30-269-35-9248  
[www.Fes.de/IPA](http://www.Fes.de/IPA)

Para solicitar publicações:  
[info.ipa@fes.de](mailto:info.ipa@fes.de)

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

A International Policy Analysis (IPA) é a unidade analítica do departamento na Friedrich-Ebert-Stiftung do International Dialogue. Em nossos estudos e publicações, abordamos questões-chave de política europeia e internacional, economia e sociedade. Nosso objetivo é desenvolver recomendações para a ação política e cenários de uma perspectiva Social-Democrata.

Esta publicação aparece no âmbito da linha de trabalho »Política Econômica e Social Européia«. Editor: Dr. Björn Hacker, [bjoern.hacker@fes.de](mailto:bjoern.hacker@fes.de) Editorial assistência: Nora Neye, [nora.neye@fes.de](mailto:nora.neye@fes.de)

As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente as da Friedrich-Ebert-Stiftung ou da organização para a qual o autor trabalha.

Esta publicação foi impressa em papel proveniente da silvicultura sustentável.



ISBN 978-3-86498-768-7